



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA ARQUIVO DIGITAL DA MEMÓRIA ARCUENSE" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL INFOGENIAL - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ [PF 181/2015] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 27 de outubro de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 22 de Outubro de 2015, que autorizou a celebração do contrato, como primeiro outorgante; e -----

Paulo Sérgio de Sá Cunha Viana, titular do Cartão de Cidadão n.º 10565502 3ZZ1, residente na Rua Campo da Vinha, 127, Meadela, Viana do Castelo, que outorga na qualidade de **Gerente**, com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma **INFOGENIAL - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA**, com sede no Lugar de Passos, União das Freguesias de Guilhadeses e Santar, deste concelho, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de identificação fiscal **510 997 937**, com o capital social de € 3.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

p. g. l. m. a
JR

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **22 de Outubro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO PARA ARQUIVO DIGITAL DA MEMÓRIA ARCUENSE”**. -----

Pelo referido Despacho da Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo do fornecimento adjudicado é de **30 dias, a contar da data da assinatura do contrato**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte, na qual têm cabimento adequado: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 07** – Equipamento de Informática. -----

Classificação Funcional – **2510602**. -----

Sexta: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º da Lei nº 82-B/2014, de

31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Sétima: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

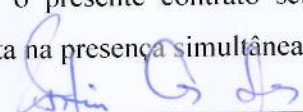
Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----



Décima: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Primeira: Que se obriga a realizar os serviços adjudicados dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a)
Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que

a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **22/09/2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **22/09/2015**, comprovativa de que a empresa tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 3243-6181-6386, subscrita em 26-10-2015 e válida até **26-10-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Paulo Sérgio de Sá Cunha Viana


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **140/029/2015**, de **26/10/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **41/2015**